



# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO III Nº 39 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1992 Cr\$ 1.000,00

**Abaixo o governo corrupto,  
antinacional e antipopular de Collor !  
Abaixo o Salário Mínimo de Fome !**

A Justiça Burguesa está para sentenciar e prender as lideranças dos sem-teto de Diadema. Trata-se do aumento da repressão política sobre os movimentos, com o objetivo de intimidá-los. Os sem-terra do Rio Grande do Sul já foram condenados e existe a ameaça de condenação contra outras lideranças sindicais. É preciso fortalecer a campanha contra as prisões políticas: lutar pela liberdade dos lutadores é lutar pelo fortalecimento dos próprios movimentos.

**Não às  
Condenações e  
Prisões Políticas  
de Boni, Romildo e  
Tonhão !**

**Nas eleições  
municipais,**

**Voto Nulo !**

**Vote Nulo em  
defesa do Salário  
Mínimo Real,  
emprego, terra e  
moradia !**

**Vote Nulo contra a  
podridão da política  
burguesa !**

**Vote Nulo contra os  
capitalistas  
exploradores !**

**Vote nulo pela  
construção do  
Partido Operário  
Revolucionário !**

## Collor resiste entregar o poder

As manifestações massivas ocorridas em todo o país demonstraram que a maioria está pelo fim do governo Collor. O sentimento das massas é a de que não se pode admitir um governo corrupto dirigindo o país. A oposição burguesa pró-impeachment tem se aproveitado desse sentimento para limitar o movimento à legalidade constitucional e aos mecanismos parlamentares de aprovação do impeachment. Desta forma, a vontade dos trabalhadores e da juventude está na dependência de um terço dos votos na Câmara e no Senado para se efetivar o impeachment.

Collor tem consciência de que o único caminho seguro para destituí-lo é o das massas. Assim, joga com o legalismo da oposição burguesa e com sua covardia perante a necessidade de radicalizar as grandes manifestações. Seus portavozes dizem que se Collor conseguir arrastar a disputa jurídica para depois das eleições municipais, estará a tempestade também passada. Não acredita que a ampla frente burguesa continuará unida e que perderá a disposição de convocar os grandes atos. Partindo desse cálculo, Collor resistiu às pressões de renúncia, que chegaram a atingir seu ministério, a ponto de Bornhausen propor que se

anunciasse a renúncia em troca da votação das reformas pró-imperialistas e antipopulares.

A disputa no Parlamento entre a oposição e os governistas se dá em torno da capacidade que Collor ainda tem de comprar votos. As instituições parlamentares se mostram fisiológicas e profundamente corrompidas. Ai está a vantagem de um governo completamente rejeitado pela maioria nacional, inclusive tendo contra si amplos setores da burguesia, que aos poucos foram se desligando de seu governo frente a tamanha desmoralização.

O objetivo da oposição burguesa, da qual faz parte o PT, PC e PCdoB, depende de como convencer os corruptos aliados de Collor das desvantagens do apoio a um governo completamente desagregado. O movimento das massas é inteiramente dirigido para essa miserável tarefa. É na própria política da oposição burguesa que Collor encontra a suficiente força para não renunciar. Embora sua base de apoio tenha sido esfacelada, espera recompô-la através da demonstração de que é possível ganhar a batalha jurídica, utilizando-se das estruturas jurídicas que servem de cobertura para o poder altamente centralizado da Presidência da República.

## A crise atinge o núcleo do governo

O Manifesto à Nação lançado pelos ministros logo após o comunicado dos resultados da CPI expressou a crise no núcleo do governo. O pacto de governabilidade inter-ministérios visou demonstrar que Collor estava falido e que era necessário assegurar a continuidade da política econômica neoliberal. Por outro lado, o pacto serviu à ala de ministros empenhada em manter o apoio ao presidente, evitando o desmoronamento do centro do poder com a renúncia de algumas personalidades.

Finalmente, o articulador do governo, Bornhausen, foi considerado um cavalo de tróia da oposição ao pleitear a renúncia mediante a um acordo no Congresso. O afastamento de Bornhausen fez transbordar a crise ministerial latente. Os partidários do presidente lançaram a ofensiva para que Collor elimine todos os duvidosos ministros. Uma segura unidade do poder central esfacelado é a última trincheira que se tem para resistir ao impeachment.

A oposição burguesa tem negociado abertamente com o ministro da justiça Célio Borja e o da economia Márcio Marques. Ai estão os dois postos-chaves do governo. Um porque tem a chave do cofre de onde se pode comprar votos e outro porque tem o controle da polícia federal, órgão de repressão e coação política. Não tem ficado de fora os ministros militares, exortados a cumprir a Constituição. Estes aparecem, em última instância, como o verdadeiro árbitro de força, dos quais dependem o impeachment ou a continuidade de Collor.

A linha oposicionista de livrar os ministros de culpabilidade da sustentação do governo corrupto tem servido aos interesses de Collor. A manutenção dos ministros e a contenção da crise interna assegura o poder de manobra, ainda que restrita, do mafioso Collor. A posição da frente pró-impeachment de não atacar o centro do poder e de colocar acima da crise a necessidade de governabilidade, como coloca o pacto interministerial, demonstra o conteúdo de classe dos partidos da oposição: isto é, a defesa estratégica do Estado como instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada.

## A estratégia do governo de União Nacional

Em torno da bancarrota do governo Collor se dá uma tremenda disputa pela posse do poder. A ala do PFL, liderada por Antônio Carlos Magalhães, vê no afastamento do presidente a via de ascensão dos partidos da oposição burguesa, principalmente do PMDB e PSDB. Os partidos brasileiros se caracterizam pelo fisiologismo e parasitismo estatal. Sua força emana não das massas, mas do poder econômico e político do Estado. A disputa pelo espólio do governo Collor é vital para a sobrevivência de uma boa parcela de políticos tão corrompidos quanto o presidente.

No interior da frente pró-impeachment o mesmo ocorre. Estes choques, num quadro de falência do governo

burguês, são extremamente perigosos para a estabilidade do regime político de semi-democracia. A queda de Collor e a posse de Itamar Franco traz o problema da unidade burguesa para assegurar a governabilidade e estancar a crise do regime, que é a crise da própria democracia burguesa.

O governo de Unidade Nacional é a saída desejada pela burguesia. Ele consiste num pacto entre todos os partidos da direita à esquerda burguesa, do PFL ao PT. Mediante a crise profunda do regime a constituição de um governo que submeta todas as classes sociais, sob a direção da classe burguesa, e que esteja acima de todos os partidos e organizações, é fundamental para

restabelecer a unidade do Estado burguês contra a maioria explorada. Por isso, a noção de estabilidade institucional defendida pelos reformistas do PT significa a estabilidade da burguesia no seu governo antioperário e antipopular, ou seja, a estabilidade da ditadura de classe.

A oposição burguesa foi obrigada a se apoiar nas massas para pressionar as frações capitalistas e as oligarquias regionais para admitirem o afastamento de Collor. Da mesma forma, dirige o movimento para apoiar a saída estratégica do governo de União Nacional.

## Para onde vai o PT?

O PT tem se destacado no processo de impeachment. Dentre os partidos, limitados pelos acordos de bastidores na formação da CPI, foi quem mais se empenhou na apuração e denúncia da corrupção. Embora saibamos que muita sujeira ficou acobertada por todos os partidos, como por exemplo, o vínculo com o narcotráfico, bem como o envolvimento de parlamentares e governadores na rede de corrupção. O silêncio sobre Quêrcia é um sintoma de compromisso petista.

O fundamental, entretanto, está na política de conjunto do partido. O PT é um dos pilares da solução burguesa da crise através do impeachment. Está em oposição ao desenvolvimento de uma via de solução revolucionária, ou seja, de derrubada do governo corrupto pela ação das massas, contraposta ao mecanismo parlamentar.

Por essa razão, está na defesa da posse e constituição de um governo li-

derado por Itamar Franco. Seu mais destacado parlamentar, José Genoíno, confabula com a alta cúpula militar para que tudo ocorra no âmbito constitucional. Tal constitucionalismo resulta objetivamente na defesa do governo burguês e da estabilidade da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria.

A importância da política do PT para a classe operária e os explorados em geral está no fato de subordinar a CUT à estratégia de substituição de um governo burguês por outro. O resultado é a quebra da independência dos organismos de massa do proletariado. Colocados a serviço da posse de Itamar, impulsiona a estratégia dos partidos burgueses de reconstruir o poder esfacelado através do governo de União Nacional.

O problema não está se o PT concordará em participar ou não desse governo. O essencial está na sua linha

de submissão dos explorados aos objetivos de estabilidade e governabilidade dos capitalistas. Na ampla frente burguesa pró-impeachment se enquadra nos limites do parlamento corrompido e chama as massas a confiar nele. Não só isso as convoca a moralizar a política e o Estado burguês, quando a corrupção é inerente ao sistema capitalista parasitário.

A ampla frente burguesa que incorporou até mesmo o PDS só pode ser sustentada na condição de submissão das massas mobilizadas. A palavra de ordem petista é de não radicalizar a ação direta. O discurso de Lula pela preservação da unidade da frente, exortando as massas a não vaiarem os políticos da oposição burguesa e da direita, exemplifica muito bem os acordos de bastidores. A defesa do pacifismo, do legalismo e da ordem, própria da política burguesa, é assumida inteiramente pelo PT.

## Onde estão as esquerdas?

A trajetória das bandeiras e das formulações políticas da Convergência Socialista (CS) demonstram a profunda adaptação dos esquerdistas à democracia burguesa e às pressões do parlamento. Inicialmente, a CS levantou a bandeira genérica de Fora Collor, com objetivo de constituir uma frente que fosse dos defensores do impeachment até os que propunham a derrubada violenta do governo. Em seguida, definiu o seu conteúdo democratizante ao levantar a convocação de eleições gerais. Diante do êxito do impeachment junto as massas, criou uma nova formulação: haveria que combinar o impeachment com as eleições gerais. Uma vez que a possibilidade do impeachment se colocou, a CS correu a levantar a sonhada eleição de Lula para presidente. Desta forma, completou o ciclo oportunista de suas posições.

Esta linha da CS confirma nossa avaliação de que os morenistas não romperam com o PT e não foram expulsos por divergências estratégicas com o reformismo. Diante da crise propõe como alternativa dos trabalhadores as eleições gerais e um governo dos trabalhadores de Lula saído delas. A cada aparição do caudilho Lula nos atos a CS se convença de que "Lula é a referência das massas". Autoilude-se e ludibria os trabalhadores com a idéia de um governo do caudilho eleitoral que estaria destinado a realizar um programa de medidas radicais contra a fome, desemprego e o arrocho salarial. O que a CS esconde é que Lula é a expressão máxima da social-democracia, da estratégia do governo democrático e popular de conciliação de classe e pivô das negociações em torno do impeachment.

O agrupamento O Trabalho, que permanece no PT, faz o seguinte raciocínio: "Collor prefere não sair e comprar o terço que precisa. O PT deve dizer que se o Congresso não aprovar, o povo vai derrubar". É evidente o aparente radicalismo. A posição do Trabalho é a de defesa do impeachment, o que quer dizer estar de acordo com a possibilidade jurídica e constitucional de Collor vencer, com-

prando ou não votos.

Na verdade O Trabalho confia no impeachment. Seu dirigente Markus Sokol diz: "Configurado o impeachment, uma primeira conclusão se impõe: É urgente convocar eleições presidenciais(...) Um novo governo que tome medidas emergenciais é uma exigência nas ruas. Elegê-lo é o melhor meio de expressar a soberania popular". Como vemos, os pretensos trotsquistas passam do impeachment para as eleições gerais. Consideram a eleição de um novo governo a expressão da soberania popular. Para os democratas de esquerda a soberania popular se confunde com a democracia formal burguesa. Não podem conceber a soberania popular como uma imposição independente das massas à burguesia, que no caso seria a derrubada de Collor pela via revolucionária e constituição de organismos da democracia operária, opostos ao parlamento e ao Estado capitalista. Por esta via, a soberania popular seria a concentração das forças dos explorados sob a direção da classe operária em defesa da implantação de um governo operário e camponês, originado da revolução proletária.

Causa Operária, considerada a ala mais radical das esquerdas petistas, não resistiu à tentação da bandeira das eleições gerais. Para eles Fora Collor e eleições gerais seriam as bandeiras de "uma alternativa independente da burguesia". Propõe a convocação de "uma plenária nacional de delegados de base para deliberar um programa independente", porém, voltada a defender não a derrubada revolucionária de Collor e a estratégia da revolução proletária, mas sim para defender a convocação de eleições gerais.

A veia eleitoralista radical pequeno-burguesa desta corrente aflora: "defendemos uma mobilização independente que reivindique Fora Collor, eleições gerais. Pela formação de comitês de luta, sem os que ajudaram eleger Collor e os sustentaram até agora". Os comitês de luta propostos estão em função da convocação das eleições gerais e seu funda-

mento é de excluir os que votaram em Collor. Perguntamos ao Causa Operária: O PT que não votou em Collor não é responsável pela sua sustentação?

Causa Operária critica a Convergência Socialista por não ser consequente com a bandeira das eleições gerais. Na realidade é o contrário o que se passa. A CS sabe muito bem que para haver convocação de eleições gerais depende da vontade de uma ala burguesa, isto porque a sua convocação depende do Estado. Eis porque já se formula a ideia de que, uma vez aprovado o impeachment, haveria de se defender eleições gerais.

Vemos que Convergência Socialista, O Trabalho e Causa Operária advogam a mesma causa: convocação de eleições gerais frente à monumental crise do governo. O que nenhuma dessas correntes consegue enxergar é que a bandeira de Collor expressa a decomposição da democracia

burguesa. Collor foi eleito por 35 milhões de votos e seu governo se estacelou na metade do mandato. Tanto a renúncia, o impeachment quanto eleições gerais são alternativas para a política burguesa. O oportunismo mais deslavado como da CS vai até o fim na adaptação a tais saídas, levantando como perspectiva a eleição de Lula em contraposição à posse de Itamar Franco, isto quando Lula é parte da composição burguesa. Os militantes de base dessas correntes deveriam se perguntar porque é que estas organizações rejeitam a bandeira dos tribunais populares e da derrubada revolucionária do governo corrupto, materializada na inconfundível consigna de Abaixo Collor. Por que não vinculam a palavra de ordem da Greve Geral com os Tribunais Populares?

## O que o POR vem defendendo

Desde o primeiro momento da explosão do escândalo de corrupção, caracterizamos que o país estava diante de uma crise estrutural de regime político. A crise de governabilidade que já vinha se manifestando bem antes da denúncia de Pedro Collor expressava a divisão interburguesa frente a desagregação da economia, condicionada pela crise mundial. Nestas condições, torna-se uma questão de vida ou morte o controle da classe operária e das massas, tendentes a aprofundar a luta de classes. Não é por acaso que neste período a direção da CUT e o PT intensificaram a política de colaboração com a burguesia, a exemplo do acordo com as montadoras e desarme do movimento grevista.

As denúncias de corrupção foram a gota d'água que fez transbordar a luta interburguesa. Uma vez decomposto o governo no curto prazo de tempo de 90 dias, evidenciou-se a profundidade da crise de poder. A desagregação dos de cima é um traço de evolução de uma situação pré-revolucionária para uma situação revolucionária. O outro componente fundamental é a presença do proletariado e das massas numa ação independente e em choque com a burguesia. Este fator essencial tem sido controlado pela oposição burguesa e pela colaboração da burocracia sindical. A chave do problema está na capacidade que a burguesia ainda tem de alimentar as ilusões democráti-

cas institucionais nos trabalhadores, como bem demonstra o movimento pró-impeachment.

O Partido Operário Revolucionário dirige sua política justamente para a independência de classe do proletariado. O que quer dizer, do ponto de vista prático, defender que as massas superem suas ilusões nas manobras burguesas e tomem a iniciativa política das mãos da burguesia, protagonizando a luta contra o governo corrupto através da luta de classes. Está aí o fundamento da bandeira dos Tribunais Populares e da Greve Geral por tempo indeterminado. Enquanto as massas estiverem sob a liderança do parlamento burguês e seus partidos não poderão desprender uma iniciativa própria e criar seus organismos de combate, isto é, de poder. Os revolucionários defendem os Tribunais Populares como um instrumento de separação dos trabalhadores em relação ao Estado e os partidos patronais. A soberania popular está na capacidade do proletariado erguer seus organismos revolucionários e marchar pela derrubada do governo burguês. Por sua vez, a Greve Geral potencia a força das grandes concentrações porque projeta o proletariado fabril como direção das lutas, uma vez que está de posse do funcionamento da economia capitalista. Da mesma forma, se para os métodos de luta da classe operária dos impostos pela oposição burguesa e os laços da burocracia sindical.

## O que significa o caso da Vasp?

O caso da Vasp está vinculado ao presidente do PMDB Sr. Quéricia. É antiga a denúncia de corrupção ocorrida na privatização da empresa. Tudo foi abafado e agora a ferida é aberta com o vínculo do Sr. Canhedo com PC Farias e deste com Collor. O Sr. Brizola para defender Collor acusou a CPI de não investigar a corrupção da Vasp. Enquanto Collor permanecia calado esperando que Quéricia trabalhasse para obscurecer na CPI as acusações contra ele, Brizola fazia o serviço de acusação com o sentido de empurrar Quéricia para a neutralização do escândalo. A ideia era de que um corrupto não pode acusar seu parceiro. Por aí podemos ver a decomposição moral e política dos representantes da burguesia.

O problema é que fatos inesperados de comprovação da ligação de Collor com PC Farias obrigaram Quéricia a conspirar às escondidas de Collor. Somente no final das investigações é que Quéricia se pronunciou pelo impeachment. A esta altura Collor já não tinha como influir nos ânimos de Quéricia. Entretanto, o problema da Vasp é retomado nesta fase da batalha jurídica. Os partidários do governo trabalham por pressionar o PMDB através da CPI da Vasp.

Toda essa sujeira mostra que os partidos da oposição burguesa, que se arvoram da ética na política, é parte da vasta rede de corrupção econômica e política do Estado burguês. Comprova também que a corrupção não é um fato isolado e praticado por alguns homens de mau caráter, mas sim é expressão da decomposição da classe capitalista. As massas não poderão permanecer sob a direção desses partidos, sob pena de não poderem cumprir sua tarefa histórica de varrer o parasitismo burguês destruindo a sociedade da classe. Os reformistas do PT que estão de mãos dadas com Quéricia são obstáculos para os trabalhadores identificarem a fonte do problema.

## Crise econômica e política

O governo Collor se caracteriza por promover uma das maiores recessões e aprofundar a anarquia capitalista. Para o imperialismo tudo estava indo bem, já que o único problema era o governo conseguir acelerar as privatizações e criar os meios para o pagamento da dívida externa. Para a burguesia nacional, a questão estava e está em como apoiar a implantação das medidas do FMI e ao mesmo tempo proteger-se dos efeitos da quebra. Em torno disso, as divisões interburguesas se tornaram inevitáveis. Ao mesmo tempo que os maiores representantes do capital defendem a linha de desestatização reivindicam a amenização das medidas recessivas. Em meio a derrocada do governo, se procura salvar o ministro Marcílio por representar a política pró-imperialista e por desenvolver uma administração econômica que favorece o controle monopolista dos preços. Tanto é que os capitalistas estão livres para aumentar os preços, enquanto que os salários estão congelados por meses.

Com a crise aberta pelo impeachment, a crise econômica foi colocada em segundo plano por algum tempo, quando na verdade esta tem condicionado a luta interburguesa. Agora, com a retomada da inflação no patamar de 25% ao mês, esta volta à tona. A oposição burguesa joga com o fato defendendo que é a permanência do governo que faz a crise acelerar. Certamente, a desconfiança dos capitalistas quanto à solução da crise diz respeito a que orientação o novo governo tomaria e isto influencia na especulação financeira.

Quem tem que arcar com o descontrolado dos preços são as massas trabalhadoras, que tem um salário mínimo reajustado para 522 mil cruzeiros, que no primeiro mês significam 88 dólares e no quarto já estará reduzido a 38 dólares na melhor das hipóteses. Os trabalhadores vêm a economia do ponto de vista da exploração de seu trabalho e do emprego. O que temos é que os capitalistas descarregam a crise sobre os assalariados. Enquanto o salário mínimo real deveria ser de 2 milhões de cruzeiros, o governo taxa em 522 mil cruzeiros. Enquanto o governo taxa um salário mínimo de fome, aumenta as tarifas acima da inflação e a cesta básica explode. Enquanto o país precisa crescer para

abrir novos empregos, a recessão fecha fábricas e impõe maciçamente o desemprego. Os capitalistas não investem na produção, asseguram sua lucratividade nos preços artificialmente altos e na especulação com dólares, títulos do governo e ações nas bolsas.

A retomada da crise econômica mostra o quanto está ligada a economia e a política burguesas. Qualquer solução para o capitalismo que se afunda atinge frontalmente a vida das massas. O tarifação, a elevação brutal dos preços e o desemprego estão entrelaçados com o plano imperialista do FMI, com a especulação financeira e com a alta lucratividade dos monopólios industriais, comerciais e bancários.

A defesa da vida dos explorados depende de como é encarada esta relação. Concretamente significa que os trabalhadores não podem abrir mão da luta pelo salário mínimo real de 2 milhões de cruzeiros, o reajuste automático de acordo com a inflação e emprego a todos, exigindo a redução da jornada de trabalho (sem redução de salário) a ponto dividir as horas de trabalho entre toda a população ativa. É inadmissível aceitar um só operário passando fome porque lhe tiraram o trabalho, muito menos cerca de 15% da população economicamente ativa.

Para os trabalhadores defenderem suas reivindicações elementares terão de travar a luta política contra a burocracia sindical que anula o combate das massas, os partidos burgueses que ludibriam com a democracia e os reformistas que mentem com a chamada distribuição de renda. Todos se unem diante da crise para se contrapor ao levante nacional dos trabalhadores contra a fome, miséria e o governo capitalista. Numa situação de crise de poder da burguesia e de avanço da desagregação econômica, a política do proletariado é de aprofundar as contradições do regime capitalista e se preparar para tomar o poder e implantar o governo operário e camponês. Sem a estratégia revolucionária de fim do capitalismo as massas não poderão ir a fundo na defesa de suas condições elementares e muito menos acabar definitivamente com a fome e a miséria.

## Uma aparente divisão

**O fracasso do ato unificado para o dia 11 entre a Força Sindical e a CUT, sobre o patrocínio da Fiesp, Fleury e Erundina, não se deveu a divergências de fundo. Traiou-se de uma divisão aparelhista da burocracia sindical. Luis Medeiros, da Força Sindical, não concordou que se realizasse no Anhangabaú, por ser um território petista, ou seja, um cartão postal da administração Erundina. Logo se vê que por detrás da desavença está a disputa eleitoral. Finalmente, a Força Sindical fará seu ato no dia 11 e a CUT no dia 18.**

Um ponto de total acordo entre os burocratas sindicais é o da participação física de Mário Amato, representante do grande capital. A Fiesp se colocou favorável dispensar os operários, para que afluíssem ordeiramente, nos dizeres do dirigente da Fiesp, a manifestação políclassista, de forma que explorados e exploradores se unissem não só a favor da moralidade na política mas também defender as reformas fiscais, tributárias e administrativas. O que quer dizer não só chamar os operários a apoiarem a estratégia burguesa da solução da crise do regime mas também a defenderem os projetos econômicos e financeiros de cunho antipopular e pró-imperialistas.

O ato do dia 18 não muda o sentido da conciliação de classe. Este será convocado de comum acordo entre Erundina e Fleury. A idéia de um ato suprapartidário mal esconde o seu conteúdo pró-burguês. Há que se destacar o fato de que está em greve o magistério paulista e que Fleury intransigentemente se nega a atender minimamente as reivindicações, aplicando uma política salarial de arrocho própria da orientação neoliberal do governo Collor. A vanguarda e os trabalhadores mais conscientes deverão se colocar contra essa farsa do suprapartidarismo, denunciar as manobras frenetistas dos partidos burgueses e do reformismo petista e se colocar pela bandeira da convocação da greve geral por tempo indeterminado e construção dos tribunais populares.

## Abaixo Collor, Abaixo o Salário Mínimo de Fome

O salário mínimo de 622 mil cruzeiros decretado pelo governo corrupto e pelo Congresso Nacional contivente deve ser rechaçado através de uma grande mobilização dos explorados. É impossível que uma família de 4 pessoas sobreviva com esse miserável dinheiro.

Nem bem se reajustou o salário mínimo, depois de 4 meses de congelamento, a inflação deu um salto para 25% ao mês. Isto quer dizer que um reajuste daqui a 4 meses significa esmagar mais ainda a vida de milhões de assalariados.

Através do salário mínimo, os grandes capitalistas obtêm grande lucratividade. Não somente os 20 milhões que ganham até um salário mínimo são superexplorados. Uma outra grande parcela que ganha até 3 salários mínimos, na verdade, não chega a receber sequer o salário mínimo real, que deveria ser de 2 milhões de cruzeiros.

Combina-se a isso o aumento massivo do desemprego. A política econômica recessiva do governo capitalista corrupto tem cortado milhares de empregos existentes e impedido a abertura de outros milha-

res, que deveriam atender aos desempregados e à juventude operária.

No país inteiro, a oposição burguesa e as Centrais sindicais protestam contra a corrupção de Collor, defendem a moralidade e pedem o impeachment. Escondem que não se trata simplesmente de um governo facinora, mas de um governo dos capitalistas que pisoteia a vida dos trabalhadores e entrega o país para o imperialismo.

A verdadeira luta contra tal governo depende das massas levantarem suas reivindicações vitais. A defesa do salário mínimo de 2 milhões de cruzeiros e o reajuste automático de acordo com a inflação, bem como emprego a todos, deve ser a bandeira de frente para pôr abaixo o governo dos patrões. Por isso, defendemos que a CUT rompa com a política de colaboração com a burguesia e organize o movimento nacional contra a fome, miséria e desemprego. Nada de parada cívica no dia do impeachment! Pela greve geral por tempo indeterminado! Abaixo Collor, Abaixo o salário mínimo de fome!

## Estudantes voltam às ruas

Desde o último dia 11 de agosto, dia do estudante, as principais cidades do país vêm assistindo a manifestações que chegaram a reunir centenas de milhares de estudantes, que em passeatas massivas têm exigido o impeachment de Collor.

São suas características a forte presença de secundaristas, o tom festivo (e em geral não partidário), o distanciamento em relação às organizações estudantis (UNE, UBES, UMES, etc), e a participação massiva de estudantes de escolas pagas.

Sem condições de pagar as mensalidades escolares, sem perspectivas profissionais diante do quadro recessivo do país e vivenciando o peso da política antipopular de Collor sobre suas famílias, os estudantes enxergam em Collor o responsável por esta situação, e saem às ruas contra o chefe de quadrilha. O movimento estudantil volta às ruas refletindo a pequena burguesia arruinada.

Entretanto, as direções do movimento têm canalizado o ascenso estudantil para a pressão parlamentar pelo impeachment, ou seja, para apoiar uma das alas da burguesia na crise, e ficar aguardando que Itamar Franco ou o futuro governo eleito (Lula) resolva os problemas. Os "dirigentes" estudantis aumentam as ilusões no parlamento corrupto e na democracia burguesa. E procuram tirar proveito da situação para reforçar as campanhas eleitorais de seus candidatos nas eleições municipais. Foi assim, por exemplo, que a maior passeata dos últimos anos se

converteu num comício para Suplicy e Erundina em São Paulo.

Depois de sair às ruas pelo impeachment, qual a perspectiva desse movimento? Voltar para casa sem solucionar seus problemas e vendo que sua mobilização só serviu a uma das alas da burguesia opressora e entreguista, como já fizeram os de sua geração anterior nos comícios das Diretas em 84? Se depender dos estalinistas, oitistas (MR-8) e petistas que dirigem as UNF, UBES e UMES, sim, e mais ainda: votarem em seus candidatos! Por esse caminho, não será possível avançar na luta contra a privatização do ensino, contra os aumentos das mensalidades, o livre ingresso na universidade, etc.

Os estudantes necessitam buscar a solução para seus problemas pela ação direta, e a unidade com o movimento operário é fundamental: não será possível derrotar Collor, Itamar ou quem quer que seja que dirija o Estado Burguês à serviço do imperialismo contra as massas sem que o movimento operário coloque a luta nacional contra o governo e imperialismo.

Para isso, é preciso reconstruir a organização estudantil a partir das bases e com um programa operário, para varrer com os que colocam os estudantes a apoiarem seus inimigos e colocar as UNE, UBES e UMES nas mãos dos estudantes e pela unidade com o movimento operário na luta anticapitalista e antiimperialista.

**Nas eleições municipais,  
Voto Nulo !**

**Pela sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias !  
Pelo Partido Operário Revolucionário !**

## A FUR (Frente Única Revolucionária) e a Frente Única Antiimperialista

A Convergência Socialista, baseada no seu mentor intelectual Mahuel Moreno, levanta para o Brasil a formação de uma frente única revolucionária. Os morenistas entendem por essa tática o ajuntamento de correntes vindas das mais diferentes procedências, tendo por base um acordo em torno de um programa mínimo, que quer dizer conjuntural e não estratégico. O objetivo da FUR é dar nascimento a um partido revolucionário.

Esta política se colocou concretamente a partir da expulsão da CS do PT, com a qual saíram vários grupos regionais. Este acontecimento veio a confluir com a existência de agrupamentos não petistas, como é o caso do Partido da Libertação Proletária (PLP). A bandeira de uma frente revolucionária de esquerda foi lançada para aglutinar este conjunto de tendências.

Num processo extremamente dificultoso e contraditório elaborou-se uma carta de princípios, que se caracteriza por omitir a estratégia da ditadura e revolução proletária, própria do marxismo. O radicalismo de algumas proposições, como a da colocação da revolução violenta, se esfumaça frente à ausência da estratégia proletária e de concretude de análise da realidade objetiva do país. O abstracionismo verbal serve para acomodar posições completamente alheias

entre si.

Uma das medidas preventivas da CS foi a de vetar a intervenção da T.POR no processo de formação da frente. Embora não se diga, a razão fundamental está em que temos sido duros críticos da estratégia democratizante do governo dos trabalhadores e do eleitoralismo orgânico dos morenistas. Temos também dito com clareza que de um programa mínimo e do ajuntamento de grupos diversos não sairá o Partido Revolucionário, mas sim uma corrente oportunista subserviente ao eleitoralismo. Por isso, dizemos que a FUR nasce se contrapondo à discussão da estratégia e do método marxista de construir o partido.

O pouco tempo de existência da Frente de Esquerda e os seus grandes impasses demonstram que nossa colocação tem fundamento. Eis os principais pontos: 1) foi incapaz de fazer um balanço programático da ruptura com o PT; 2) não pôde traçar uma política única frente à crise do governo Collor; 3) não chegaram a um acordo frente às eleições municipais. Em relação ao primeiro ponto, simplesmente todos se omitem; ao segundo, a CS vai do impeachment, passa pelas eleições gerais e desemboca na defesa de um governo de Lula; e quanto ao terceiro, uns estão pelo voto nulo e outros pelo

apoio ao PT. Como vemos, é muito duvidosa a validade prática da Carta de Princípios.

A FUR morenista se revela ser oportunista e sectária, duas faces de uma mesma política antimarxista. Oportunista porque procura fazer uma fusão sem reais princípios de grupos distintos; sectária porque se trata de uma frente de agrupamentos supraestrutural de correntes, que, para se constituir, está obrigada a excluir os adversários que defendem a via do programa marxista. A sua constituição expressa posições da pequena burguesia democraticamente mais radical e a orientação de uma direção que não rompeu com sua origem nesta classe. Tais correntes rejeitam se vincular organicamente ao proletariado e assumir sua disciplina de classe revolucionária, necessária para construir o partido centralista democrático (leninista).

A tarefa que se coloca não é a de construir uma FUR oportunista e sectária, mas sim uma frente de ação concreta na luta de classes, que pela natureza de seus objetivos deve ser a de uma frente revolucionária antiimperialista e anticapitalista. Uma frente que permita a classe operária se destacar como direção da maioria nacional oprimida contra a ofensiva desagregadora do imperialismo e da política reacionária do Estado burguês. Uma frente que se caracterize pela independência de classe, ou seja, pela contraposição a toda política burguesa e pequeno burguesa de solução da crise capitalista. Deve se pautar por um programa que permita a classe operária desenvolver a sua ação direta e avançar no objetivo de tomada do poder. Uma frente que parta das reivindicações elementares das massas para pôr em pé um movimento nacional dos explorados. Uma frente que se coloque pela derrubada do governo corrupto e antinacional e antipopular de Collor, que trabalhe pela greve geral por tempo indeterminado e pela formação dos Tribunais Populares.

Uma frente desta natureza, sem dúvida, potenciará a fração revolucionária do proletariado para que construa o Partido da revolução e ditadura proletárias.

### Capitalistas sugam os trabalhadores também nos transportes

Até 1994, o Governo do Estado de São Paulo promete construir mais 6 corredores de tróleibus, semelhantes aos do ABCD. As empresas que se candidatarem à construção dos mesmos, de acordo com exigência do Estado, deverão ser empresas mistas, construção civil e transporte coletivo. As empresas obterão para isto empréstimos, com o aval do Estado, do Banco Mundial. A partir da finalização das obras, poderão explorar comercialmente as linhas sem nenhuma participação do Estado, durante 20 anos. Caso as passagens não cubram o valor do custo para a construção, o Estado reembolsará os capitalistas. A participação do Estado no sistema de transporte em toda a região metropolitana de São Paulo fica restrita aos 46 ônibus elétricos que são mantidos em operação no ABCD, mas que já estão em processo de privatização.

Os capitalistas, que já exploram os operários nas fábricas, voltam a explorá-los até no transporte ao serviço: desde que sai de casa, o trabalhador já começa a ser sugado. E é sugado novamente quando o Estado dá dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores às construtoras para fazerem as obras e ainda explorá-las.

Sem a luta pelo controle pelos trabalhadores sobre o transporte, essa tripla exploração continuará.

## Professores:

**Combater duramente Fleury para a greve avançar**

O magistério paulista está em greve desde 1 de setembro. A crescente adesão de 50% dos 250 mil trabalhadores em educação indica que a greve poderá quebrar a resistência do governador Fleury, que se quer dispõe a sentar à mesa de negociação. Este conta com a pressão de uma parcela não grevista para quebrar o ímpeto do movimento. Esta expressão um ceticismo devido a derrotas do passado e uma profunda desconfiança na direção da Apeoesp. A seu favor está o CPP (Centro do Professorado Paulista). O reacionário Sólon Borges e sua camarilha apoiaram inicialmente a greve, delimitando-a por 4 dias, para justamente utilizar sua suspensão como instrumento de divisão da classe. Mas Fleury não conta apenas com estes fatores. Joga com a própria política de não enfrentamento da direção da Apeoesp. Espera assim que em pouco tempo o movimento se esgote.

A greve ocorre numa situação política em que prevalece a conciliação de classe em torno do impeachment de Colôr Fleury é a personalidade central de uma frente que congrega o PT e a CUT. Os reformistas e a burocracia sindical tudo fazem e farão para não perturbar a lua de mel com o governador, que pisoteia os trabalhadores em educação e a escola pública. Este é um obstáculo para que a direção da Apeoesp não se coloque pelo confronto aberto

do movimento grevista com o chefe da frente pró-impeachment. Na conjuntura ainda há um outro fator que os trabalhadores terão que superar. Trata-se do argumento de uma parcela não grevista que diz que a greve está sendo utilizada pela direção da Apeoesp para fins eleitorais.

Uma das tarefas do movimento é combater os bloqueios políticos que o impede de unificar a maioria da classe contra a situação de descalabro do ensino e das condições de vida de seus assalariados. Para se ganhar a confiança do setor resistente, é necessário fazer uma ampla denúncia de Fleury e da camarilha do CPP. Esta última tem de ser caracterizada como traidora pela assembléia.

O movimento grevista deve radicalizar os seu métodos de luta contra o governo. É necessário que grandes manifestações sejam dirigidas ao Palácio do governo e que se prepare as condições para ocupar a Secretaria da Educação. Os grevistas deverão mostrar que não estão brincando de férias coletivas para depois reporem as aulas. Deverão demonstrar que estão defendendo com unhas e dentes o salário e a educação. Deverão se distinguir de qualquer manobra eleitoralista e não se submeterem às pressões da conciliação pró-impeachment.

**Diretoria da Apeoesp evita o confronto com o governo**

A diretoria da Apeoesp, na assembléia do dia 11/9, se colocou frontalmente contra a ida ao Palácio no dia 17. Utilizou o argumento de que os professores não fariam duas manifestações numa mesma semana. Apostou na pressão parlamentar, ou seja, negociar via deputados do PMDB a abertura da negociação. Jogou toda a mobilização grevista para o ato suprapartidário de sexta-feira (18).

Por que a diretoria se recusa a enfrentar Fleury? A resposta só pode vir de suas posições eleitoreiras, isto é, não desgastar o adversário que poderá vir a ser aliado no segundo turno das eleições municipais. Não atritar com Fleury que dirige a frente de oposição burguesa pró-impeachment, da qual faz parte o PT e toda burocracia sindical. E, por

fim, apostar numa negociação da greve pela via indireta (pressões parlamentares e de cúpula).

O voto da assembléia a tais posições significou a não possibilidade de arrancar do governo as nossas reivindicações (piso de 2 milhões por 20 horas), o máximo que poderá vir dessas negociatas são mais algumas migalhas para que a escola pública não morra à mingua. A força da greve está na capacidade de se confrontar diretamente com o governo, transformando-a em luta política contra a opressão de classe exercida pelo Estado e a destruição do ensino público e gratuito. Renunciar a este confronto e manter a greve no estreito limite de convivência pacífica com o governo é liquidar com as possibilidades de vitória.

**Rechaçar a repressão policial à Apeoesp**

A sede central da Apeoesp foi invadida pela polícia devido a um panfleto cujo conteúdo se sintetiza na bandeira "Maluf nunca mais". A iniciativa de soltar milhares de panfletos denunciando Maluf como responsável pela destruição da escola pública foi aprovada pela assembléia do dia 4 de setembro. Tratava-se de uma denúncia contra o direitista que hoje novamente pleteia chegar à prefeitura de São Paulo nas eleições de outubro. Os professores que aprovaram o

teor desse manifesto o fizeram em defesa da educação, independente dos interesses eleitorais em jogo.

O fundamental do ataque da polícia à Apeoesp é que cerceia as liberdades políticas e procura atingir o movimento grevista. Rechaçamos a repressão policial e a chamamos todos os sindicatos a fazerem uma ampla denúncia. Há que se dizer que a polícia invasora está a mando do governador Fleury.

## Uma ala da oposição vacila

Uma parte da oposição não foi capaz de entender a necessidade da independência do movimento grevista em relação ao colaboracionismo das direções do movimento sindical, que tudo fazem para que o movimento de massa não ganhe as ruas contra o governo. Por isso, defendeu a linha da Articulação (diretoria) de não ir ao palácio. Apesar do radicalismo verbal, não se diferenciou da política da burocracia sindical. Ao não se contrapor a orientação da diretoria, num momento decisivo da greve, acabou compactuando com a mesma política que no passado levou a derrota das greves.

O POR, Corrente Proletária na Educação, defendeu dentro do movimento de oposição a elaboração de um boletim que apontava a trama da diretoria e que se diferenciava através da política de enfrentamento e unidade com todos os setores que se reivindicam da escola pública. A Convergência Socialista se colocou radicalmente contra porque está empenhada na defesa a fundo da frente pró-burguesa do impeachment, que no dia 18 realizaria a manifestação, tendo a sua frente Fleury.

A CS chegou ao ponto de nos criticar no Conselho porque defendíamos o enfrentamento (ida ao Palácio) e não fez nenhuma crítica à proposta da diretoria. Desta forma, se aliou à burocracia conciliadora contra a linha de ida ao palácio antes do ato do dia 18, que serviria para desmascarar o governo.

As outras correntes, que também participam do movimento, não foram capazes de quebrar o bloqueio que a Apeoesp fazia às propostas de unidade e de confronto. Embora procurassem se diferenciar dos ataques da CS e da Articulação à posição do POR, não puderam compreender que o que estava em jogo eram duas linhas para o movimento grevista: uma de adaptação e conciliação com o governo Fleury, cujos interesses eleitorais e da frente burguesa pró-impeachment pairam sobre a greve. A outra de rompimento com o bloqueio político da conciliação. Assim, vacilaram entre as duas posições.

É nos momentos centrais da luta de classes que se revela o conteúdo das políticas das correntes e da burocracia sindical. O embocamento da CS com a Articulação, sem dúvida, resulta em liquidação do movimento grevista. É necessário que o setor classista da oposição trabalhe para superar a tendência conciliadora embutida no interior do movimento.

## O que comemorar no 7 de setembro?

O governo preparou um grande festejo no dia 7 de setembro para comemorar a Independência do Brasil. Arrumou um desfile do aparato militar em todos os Estados. Exortou a população a comparecer nestas demonstrações cívico-militares. Ameaçou com a repressão para conter os protestos contra o corrupto Collor. Mas mesmo assim ocorreram inúmeros atos contra o governo e este não escapou das vaias da população que assistia à parada militar.

Afinal de contas o que havia para comemorar? O governo Collor tem realizado uma política de clara submissão ao imperialismo, admitindo as pressões das metrópoles a favor da desestatização, pagamento da dívida externa e todo tipo de desnacionalização. A política recessiva ditada pelo FMI tem levado a economia nacional à bancarrota. O mais elementar traço de soberania nacional tem sido pisoteado pelo servilismo da burguesia brasileira ao imperialismo.

Esta conduta de subordinação às potências estrangeiras tem suas raízes históricas na própria independência do Brasil dos colonizadores portugueses em 1822. A independência e a formação do Estado monárquico se deu sob o controle da metrópole inglesa, que já havia subordinado Portugal e transformado Brasil em fonte de exploração. A economia e o Estado nacional que nasceram da desagregação do sistema colonial nunca chegaram a se emancipar dos países capitalistas mais avançados, que

de colonialistas se tornaram imperialistas. A partir da primeira guerra mundial, a Inglaterra cedeu seu controle do Brasil para a nova potência emergente, os Estados Unidos, perante o qual até hoje a burguesia nacional se curva.

De colônia, o Brasil se transformou em semicolônia. No quadro do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial, ocupa o lugar de país capitalista atrasado e oprimido pelo imperialismo. As forças produtivas nacionais estão integradas ao mercado mundial sob o controle de alguns países que dominam o mundo. A cada manifestação da crise estrutural, o grande capital internacional descarrega seu peso sobre as semicolônias. É o que ocorre agora com a recessão e com a ofensiva de privatização e entrega dos ativos nacionais para os banqueiros metropolitanos.

A independência nacional de fato é uma tarefa não realizada plenamente pela burguesia nacional. Esta já não pode não só realizá-la como sequer assegurar minimamente a autonomia do Estado frente às pressões do imperialismo. Basta se ver a sua incapacidade em defender o estatismo, que no passado lhe serviu de proteção e constituição em classe burguesa com interesses nacionais. A independência nacional cabe à classe revolucionária que é o proletariado. Para isso, terá de derrubar a burguesia do poder, expropriá-la dos meios de produção e implantar o Estado Operário.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A  
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 · CEP 01059-970 · SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 575 · AG. CENTRAL · RECIFE · PE · CEP 50001

## Mais um impasse no Tratado de Maastricht

Depois dos dinamarqueses rejeitarem em referendunho o Tratado de Maastricht, que prevê a unificação europeia, chegou a vez da França. O governo socialista de Mitterrand estava tranquilo quanto a sua aprovação até o momento em que as pesquisas de intenção de voto deram 52% ao "não" e 48% ao "sim". Mitterrand, considerando que o "não" significava uma reprovação a seu governo, exortou os franceses a deixar de lado o julgamento sobre governo e votar a favor do Tratado de Maastricht em nome da Europa.

A fração burguesa contrária a unificação levanta a bandeira da identidade nacional francesa. Considera que o Tratado levará a descaracterização da França e sua submissão ao poder alemão, que estaria por uma de Maastricht. O argumento de Philippe Seguin, ex-ministro gaulista dos Assuntos Sociais, de que a unificação e obra de uma burocracia estranha à França é o mesmo utilizado pela ex-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher. Verificamos assim que há uma grande divisão no seio da burguesia europeia.

A constituição de um bloco unificado europeu advém do avanço da crise de superprodução mundial, que se reverte em desagregação industrial, quebras financeiras e desemprego em massa. O capitalismo se caracteriza pela contradição fundamental entre a necessidade das forças produtivas se desenvolverem e as fronteiras dos Estados Nacionais que as bloqueiam. O protecionismo, nas suas mais diferentes manifestações, é expressão desta contradição.

A formação de grandes blocos imperialistas não vem para liberar as forças produtivas, mas para proteger mercados regionais e no interior destes proteger as potências mais poderosas, como a Alemanha na Europa. É nesse sentido que se articulam os blocos norte-americano, europeu e asiático.

É parte da estratégia dos blocos imperialistas descarregar a crise de superprodução na maioria das países semicoloniais (Brasil, México, Peru, etc), incluindo agora a Rússia e o Leste Europeu em processo de restauração capitalista.

A extrema dificuldade da burguesia europeia chegar a um acordo de unificação comprova que os interesses nacionais dos países imperialistas têm suas raízes na contradição do sistema capitalista, que ao mesmo tempo em que criou uma economia altamente integrada mundialmente, conserva as fronteiras nacionais. Esta contradição intrínseca ao regime burguês de produção não será resolvida através de tratados de unificação, pois significam eliminar a luta interimperialista e favorecer a hegemonia de uma potência perante as demais.

As burguesias imperialistas se lançaram a duas grandes guerras mundiais por esta mesma razão. A destruição em larga escala das forças produtivas altamente concentradas e acumuladas é o meio que o capitalismo tem para resolver conjuntamente a crise. A recessão mundial que por ora atravessamos reflete a desagregação das forças produtivas. As potências imperialistas que até há pouco tempo se gabavam do mar de rosas ingressaram numa fase de convulsão e de luta de classes.

A perspectiva do imperialismo é a da barbárie. Somente o proletariado poderá encontrar uma outra saída, através da revolução socialista e do internacionalismo proletário. Há que se reverter o curso da restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu através da revolução política e há que se desenvolver a linha da revolução proletária na Europa em direção aos Estados Unidos Socialistas da Europa, ponto de apoio para a revolução mundial.

## Aumenta a pressão imperialista sobre o Iraque

Defender a nação oprimida contra a invasão iraniana

Nas últimas semanas os Estados Unidos têm realizado uma verdadeira operação pente fino no sul do Iraque: 100 aviões decolam todos os dias e patrulham o sul do país para impedir qualquer ação do governo contra os xiitas opositores a Saddam Hussein. E prepara-se nova ofensiva contra aquele país, sob a justificativa de que estaria ainda desenvolvendo a bomba atômica e, assim, contrariando resolução da ONU.

Quer dizer que o imperialismo entende que somente meia dúzia de países têm o direito de produzir bombas que dariam para destruir o planeta várias vezes, e submeter nações

inteiras de centenas de países em todo o mundo utilizando-se do poderio militar exatamente para isso.

O fim das guerras e do militarismo depende do proletariado pôr fim ao capitalismo, fonte de todo tipo de barbárie. Na luta por esse objetivo, o partido revolucionário se coloca ao lado das nações oprimidas contra o imperialismo.

A T.POR defende incondicionalmente o Iraque oprimido contra o imperialismo agressor: fora as tropas americanas do Golfo! Que os árabes resolvam seus próprios problemas sem intervenção externa! Fim do monopólio imperialista sobre a tecnologia nuclear! Em defesa do direito dos países oprimidos construir suas bombas se desejarem!

## Guerra Civil no Leste Europeu vai agravar-se com inverno

A Guerra Civil na Iugoslávia está prestes a massacrar centenas de milhares de pessoas com uma arma poderosíssima: a fome e o frio. A cidade de Sarajevo está isolada pelas tropas sérvias: não tem mais energia, nem chega mais alimentação. O inverno se aproxima e os habitantes não têm como se defender do frio e da fome. As alternativas colocadas não são animadoras: cair sob a opressão da burocracia Sérvia ou nas garras do imperialismo europeu.

A tendência à Guerra Civil também se espalha na ex-URSS: o presidente do Tadjiquistão foi deposto e preso quando fugia do país, e agora se coloca a luta pelo poder no país. Enquanto isso o imperialis-

mo prepara-se para intervir militarmente, o que, somando-se com as lutas interburocráticas, aumentará o massacre sobre as populações. A ausência do Partido Revolucionário torna-se dramática diante da perspectiva de milhares de mortes decorrentes da guerra civil entre os setores da burocracia estalinista em desagregação e da fome e frio. Torna difícil às massas compreenderem a necessidade de transformar a guerra civil das nacionalidades em guerra civil pela revolução política, que coloque o poder econômico e político nas mãos do proletariado. A necessidade da reconstrução da IV Internacional se faz presente na guerra civil que despedaça a Iugoslávia.